

Orçamento para 88 chega ao Congresso

LUIS ROBERTO
MARINHO

Da Editoria de Economia

O Orçamento Geral da União (OGU) para 88 será encaminhado amanhã ao Congresso Nacional, que passa a controlá-lo, prevenindo gastos com subsídios de Cz\$ 127,5 bilhões, volume de recursos equivalente ao dobro da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras e a 33,5 por cento da arrecadação do Imposto de Renda deste ano. O financiamento da política dos preços mínimos agrícolas consumirá a maior parcela dos subsídios a serem concedidos no próximo ano, com quase Cz\$ 60 bilhões.

Com mais transparência e contendo efetivamente todas as despesas e receitas do Governo Federal, o OGU para 88, revelaram técnicos do Ministério do Planejamento, foi elaborado com um crescimento acima da inflação de 6 por cento, semelhante à meta de expansão do Produto Interno Bruto (PIB). As despesas com a folha do funcionalismo, porém, crescerão menos, registrando 4 por cento

além da taxa inflacionária, mesmo índice de aumento fixado para os encargos da dívida interna. Para elaborar o Orçamento, o Planejamento foi obrigado a realizar cortes severos nas intenções de gastos dos Ministérios, que chegaram a solicitar recursos quatro vezes mais do que acabaram obtendo.

O Orçamento de 88, pela primeira vez, estará realmente unificado — isto é, contempla a totalidade de receita e despesa do Governo Federal. Isto será possível porque foi incluído no OGU o que ficou de fora no orçamento deste ano — o orçamento das operações oficiais de crédito, que inclui o financiamento ao setor público não financeiro e os gastos com subsídios. Desta forma, o OGU do ano que vem abrange o orçamento fiscal propriamente dito, os gastos com a administração das dívidas interna e externa e o orçamento de crédito. Como ressalta o secretário do Tesouro, Andrea Calabi, elimina-se, assim, qualquer possibilidade do Poder Executivo, inclusive o Banco Central, reali-

zar despesas sem prévia autorização do Congresso.

ESTRUTURA

A estrutura do orçamento das operações oficiais de crédito contida no OGU inclui despesas reembolsáveis, receitas de vendas de produtos adquiridos pelo Governo, entradas e saídas de operações de empréstimos externos e os subsídios.

As operações de crédito somarão Cz\$ 502,6 bilhões, dos quais a maior parte — Cz\$ 446,9 bilhões ou 89 por cento do total — correspondem à amortização de dívidas de empresas estatais, estados e municípios contraídas com aval do Tesouro Nacional. O programa de saneamento financeiro e aos estados e municípios, aprovado por lei em julho, consumirá Cz\$ 54,3 bilhões em 88.

Dos Cz\$ 127,5 bilhões a serem gastos com subsídios, além da política de financiamento dos preços mínimos agrícolas, que consumirá o maior bocado, terão igualmente peso considerável os empréstimos à exportação, com 32 bilhões, e as aquisições do Governo Federal (AGF).